

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.573.070 - DF (2019/0256191-2)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : **ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA**
AGRAVANTE : **ÁGIL SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA**
AGRAVANTE : **PREDILETA TERCEIRIZACAO DE MAO DE OBRA LTDA**
AGRAVANTE : **AGIL UNIFORMES, ADMINISTRACAO E VENDA DE IMOVEIS LTDA**
ADVOGADOS : **EDUARDO HAN E OUTRO(S) - DF011714**
 AUGUSTO ROLIM DA SILVA NETO - DF060947
 BRUNA ALVES ZANATTA - DF035490
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADA : **ADEMARIS MARIA ANDRADE MACIEL E OUTRO(S) - DF015460**

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto por ÁGIL EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA. e outros. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" e "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios assim ementado:

"CIVIL, PROCESSO CIVIL E EMPRESARIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. REEQUILIBRIO ECONOMICOFINANCEIRO. CLAUSULA CONTRATUAL OPTATIVA. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. PRAZO PRESCRICIONAL.

1. As partes firmaram Termo de Parceria para a Prestação de Serviço de Pagamento de Salários e outras Avenças, comprometendo-se a prestar, em regime de exclusividade, o serviço de processamento de folha de pagamento, em troca do pagamento de uma verba de relacionamento negocial. O pacto dispôs que, em caso de aumento ou diminuição na folha de pagamento das apelantes, o valor da verba de relacionamento negocial poderia ser proporcionalmente incrementado.

2. Contudo, não há previsão contratual para que fosse efetuado o pagamento de valor certo e determinado caso ocorresse o exercício da faculdade estabelecida no Termo de Parceria, mas uma mera faculdade do Banco ou da contraparte, de solicitar a revisão. Quem solicita pode ou não obter o que deseja. A referida cláusula, portanto, não cria qualquer obrigação, para qualquer das partes, mas mera faculdade de solicitar, podendo ou não vir a obter, ou seja, conseguir a anuência da contraparte para a revisão solicitada.

3. Dessa forma, o que se pretende receber não decorre de obrigação líquida e certa oriunda de uma relação contratual, mas suposta responsabilidade decorrente de enriquecimento ilícito.

4. Limongi França ao conceituar o enriquecimento sem causa, assim se expressa: 'Enriquecimento sem causa, enriquecimento ilícito ou locupletamento ilícito é o acréscimo de bens que se verifica no patrimônio de um sujeito, em detrimento de outrem, sem que para isso tenha um fundamento jurídico.' (FRANÇA, R. Limongi. Enriquecimento sem Causa. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1987). O instituto está baseado no princípio da eticidade e da boa-fé, visando o equilíbrio

patrimonial e à pacificação social, evitando-se, portanto, conduta baseada no locupletamento sem razão, sem nexo causal.

5. Contudo, o prazo prescricional de 03 anos (art. 206, §3º, do CC) incide quando o objeto da ação trata de ressarcimento por enriquecimento ilícito, como no caso, restando prescrito o prazo para a propositura da ação.

6. Negou-se provimento ao recurso. Unânime" (fls. 136-137, e-STJ).

Os primeiros embargos de declaração opostos na origem foram rejeitados.

Nas razões do especial, a parte recorrente aponta negativa dos seguintes dispositivos e suas respectivas teses:

(i) arts. 10 e 933, do Código de Processo Civil de 2015, ao fundamento de que a conclusão do tribunal de origem no sentido de que a pretensão deduzida pelas recorrentes tem lastro na proibição de enriquecimento ilícito e não no alegado inadimplemento contratual, desviou-se do objeto de discussão delimitado pelas partes.

(ii) arts. 112, 113 e 442, do Código Civil, ao argumento de que acórdão estadual amparou-se na interpretação literal de cláusula contratual. No entanto, segundo defende, deveria levar em consideração a intenção das partes, a boa-fé e a equidade;

(iii) art. 205 do Código Civil, sob a alegação de tratar-se de cobrança embasada em obrigação contratual, cujo prazo prescricional seria de 10 (dez) anos. Traz à colação julgados em favor de sua tese;

(iv) arts. 389, 391, 402 a 405, 884 e 886, do Código Civil, visto que o tribunal de origem teria interpretado de maneira equivocada a cláusula contratual firmada entre as partes;

(v) art. 1.025 do Código de Processo Civil, aduzindo negativa de prestação jurisdicional pela rejeição dos embargos de declaração. Afirma que o tribunal de origem não teria demonstrado as razões pelas quais entendeu que a decisão hostilizada violou referida norma legal.

Ao final, requer a reforma do acórdão estadual a fim de afastar a incidência da prescrição trienal, bem como condenar o recorrido ao pagamento de R\$ 2.509.134,10 (dois milhões, quinhentos e nove mil, cento e trinta e quatro reais e dez centavos), devidamente atualizados, em razão do inadimplemento contratual.

Apresentadas as contrarrazões, o recurso foi inadmitido na origem, daí o presente agravo, no qual se busca o processamento do apelo nobre.

É o relatório.

DECIDO.

Ultrapassados os pressupostos de admissibilidade do agravo, passa-se à análise do recurso especial.

A irresignação não merece prosperar.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

De início, verifica-se que, a despeito dos embargos de declaração opostos na origem, não houve debate, no acórdão recorrido, a respeito das normas insertas nos arts. 112, 113, 422, 389, 391, 402 a 405 e 884 e 886, do Código Civil.

Para que se configure o prequestionamento, é necessário que o tribunal de origem se pronuncie especificamente a respeito da matéria articulada pela parte, emitindo juízo de valor em relação aos dispositivos legais indicados e examinando a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nessa circunstância, ausente o requisito do prequestionamento, incide o disposto na Súmula nº 211/STJ: *"Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo Tribunal a quo"*.

Confiram-se os precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECLAMO ANTE A INCIDÊNCIA DA SÚMULA 211/STJ E EM DECORRÊNCIA DA AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ACÓRDÃOS PARADIGMAS E O ARESTO RECORRIDO. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR.

1. A jurisprudência desta Corte Superior admite amplamente a ocorrência do chamado 'prequestionamento implícito'. Trata-se daquelas situações em que o órgão julgador, não obstante não faça indicação numérica dos referidos artigos legais, aprecia e decide com amparo no seu conteúdo normativo. Precedentes.

2. Coisa diversa é o chamado 'prequestionamento ficto', não admitido por este Superior Tribunal de Justiça, segundo o qual se considera prequestionada a matéria que, apesar de não analisada pelo acórdão, foi objeto das razões dos embargos de declaração interpostos, ainda que eles sejam rejeitados sem qualquer exame da tese, bastando constar da petição dos referidos aclaratórios. Precedentes.

3. Não tendo havido o prequestionamento do tema posto em debate nas razões do recurso especial e não tendo sido apontada ofensa ao art.535 do CPC, incidente o enunciado 211 da Súmula do STJ. Precedentes.

(...)

5. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1.170.330/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 3/2/2016).

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO DE TÍTULO. NULIDADE. PEDIDO DE DILIGÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

SÚMULA 211/STJ. NECESSÁRIO REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. SÚMULA 284/STF. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração (Súmula 211). Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 535 do Código de Processo Civil, sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

(...)

5. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no AREsp 431.782/MA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 6/5/2014, DJe 12/5/2014).

De outro lado, o tribunal local manteve a r. sentença que julgou improcedente o pedido, ante o reconhecimento da incidência do prazo prescricional trienal, sob o seguinte fundamento:

"Verifica-se que as partes, em 08/10/2007, firmaram um Termo de Parceria para a Prestação de Serviço de Pagamento de Salários e outras Avenças, comprometendo-se a prestar, em regime de exclusividade, o serviço de processamento de folha de pagamento, em troca do pagamento de uma verba de relacionamento negocial no valor de R\$ 950.000,00 (Novecentos e cinquenta mil reais).

O pacto dispôs que, em caso de aumento ou diminuição na folha de pagamento das apelantes, o valor da verba de relacionamento negocial poderia ser proporcionalmente incrementado, conforme cláusulas terceira e quarta, in verbis:

(...)

Verifica-se assim, que não há previsão contratual para que fosse efetuado o pagamento de valor certo e determinado caso ocorresse o exercício da faculdade estabelecida no Termo de Parceria, mas uma mera faculdade do Banco ou da contraparte, de solicitar a revisão.

Quem solicita pode ou não obter o que deseja.

A referida cláusula, portanto, não cria qualquer obrigação, para qualquer das partes, mas mera faculdade de solicitar, podendo ou não vir a obter, ou seja, conseguir a anuência da contraparte para a revisão solicitada.

Dessa forma, o que se pretende receber não decorre de obrigação líquida e certa oriunda de uma relação contratual, mas suposta responsabilidade decorrente de enriquecimento ilícito.

Limongi França ao conceituar o enriquecimento sem causa, assim se expressa: 'Enriquecimento sem causa, enriquecimento ilícito ou locupletamento ilícito é o acréscimo de bens que se verifica no patrimônio de um sujeito, em detrimento de outrem, sem que para isso tenha um fundamento jurídico' (FRANÇA, R. Limongi. Enriquecimento sem Causa. Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 1987).

O instituto está baseado no princípio da eticidade e da boa-fé, visando o equilíbrio patrimonial e à pacificação social, evitando-se, portanto, conduta baseada no locupletamento sem razão, sem

nexo causal.

Contudo, o prazo prescricional de 03 anos (art. 206, §3º, do CC) incide quando o objeto da ação trata de ressarcimento por enriquecimento ilícito, como no caso, restando prescrito o prazo para a propositura da ação" (fls. 141-142, e-STJ, grifou-se).

Diante desse quadro, não há como acolher a pretensão do agravante de incidir o prazo prescricional decenal do art. 205 do Código Civil.

Isso porque, conforme destacado alhures, não há previsão contratual para que fosse efetuado pagamento certo e determinado, mas tão somente a faculdade das partes solicitar a revisão do contrato. Por esse motivo, o tribunal de origem entendeu cabível a regra de prescrição do art. 206, § 3º, do Código Civil.

Ressalta-se que ultrapassar e infirmar a conclusão alcançada pelo acórdão recorrido demandaria o reexame das cláusulas contratuais e dos fatos e das provas presentes no processo, o que é incabível na estreita via especial, tendo em vista o que dispõe as Súmulas nºs 5 e 7/STJ.

Confira:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. (...)

2. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou as provas dos autos para concluir pela existência de danos morais, decorrentes de longo atraso na entrega da unidade imobiliária. Alterar esse entendimento demandaria o reexame dos fatos que informaram a causa, vedado em recurso especial.

3. (...)

4. Agravo interno a que se nega provimento" (AgInt no REsp 1.692.126/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017).

De outro modo, a inadmissão do recurso especial interposto com base no art. 105, III, alínea "a", da CF/88, em razão da incidência de óbices sumulares, prejudica o exame do recurso no ponto em que suscita divergência jurisprudencial quanto ao mesmo dispositivo legal ou tese jurídica.

Sobre o tema:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. (...) ALTERAÇÃO. ÓBICE DA SÚMULA 7/TJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL PREJUDICADO. (...)

4. A incidência do óbice constante na Súmula 7/STJ prejudica a análise

quanto à insurgência veiculada pela alínea "c" do art. 105, III, da Constituição da República.

5. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no AREsp 1.039.331/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 19/12/2017 - grifou-se)

Além disso, a decisão da Corte local encontra-se em harmonia com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, no sentido de que em se tratando de responsabilidade extracontratual, incide o prazo prescricional de três anos previsto no art. 205, § 3º do Código Civil.

A propósito:

"AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. IMÓVEL NÃO ENTREGUE NA DATA ACORDADA. INADIMPLÊNCIA DA CONSTRUTORA. DEVOLUÇÃO DA COMISSÃO DE CORRETAGEM E TAXA SATI. RESPONSABILIDADE CIVIL CONTRATUAL. PRESCRIÇÃO. ART. 205 DO CÓDIGO CIVIL AGRAVO DESPROVIDO.

1. A Segunda Seção desta Corte firmou entendimento de que 'nas controvérsias relacionadas à responsabilidade contratual, aplica-se a regra geral (art. 205 CC/02) que prevê dez anos de prazo prescricional e, quando se tratar de responsabilidade extracontratual, aplica-se o disposto no art. 206, § 3º, V, do CC/02, com prazo de três anos' (REsp n. 1.280.825/RJ, Relatora Ministra Nancy Andrigli, Segunda Seção, julgado em 27/6/2018, DJe 2/8/2018).

2. Agravo interno desprovido"

(AgInt no REsp 1.729.847/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe 5/10/2018 - grifou-se).

"DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INVIABILIDADE. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. PRAZO PRESCRICIONAL PREVISTO NO ARTIGO 206, § 3º, V, DO CÓDIGO CIVIL. INAPLICABILIDADE.

(...)

2. O artigo 206, § 3º, V, do Código Civil cuida do prazo prescricional relativo à indenização por responsabilidade civil extracontratual, disciplinada pelos artigos 186, 187 e 927 do mencionado Diploma.

3. A Corte local apurou que a presente execução versa sobre montante relativo a não cumprimento de obrigação contratual, por isso que não é aplicável o prazo de prescrição previsto no artigo 206, § 3º, V, do Código Civil.

4. Recurso especial não provido. (REsp 1.222.423/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 1/2/2012 - grifou-se).

"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. DEVOLUÇÃO DE VALORES PAGOS A MAIOR A EX-ASSOCIADO. VIOLAÇÃO A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME PELO STJ. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. RESTITUIÇÃO DOS

VALORES FUNDADA EM ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PRESCRIÇÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. INTERRUPTÃO DO TRANSCURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REVISÃO DAS CONCLUSÕES ESTADUAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A revisão das conclusões estaduais - acerca da ausência de cerceamento de defesa; de não ter havido a interrupção do transcurso do prazo prescricional trienal aplicável pela notificação extrajudicial; e de que o aludido prazo escoou completamente - demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório dos autos, providência inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice disposto na Súmula 7/STJ.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, tratando-se de pedido de restituição de valores fundado em enriquecimento sem causa, o prazo prescricional aplicável ao presente feito é o disposto no artigo 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil de 2002. Súmula 83/STJ.

3. Pedido de condenação por litigância de má-fé. Não se vislumbra a ocorrência de nenhuma das hipóteses autorizativas previstas no art. 80 do CPC/2015. Frise-se que não se pode confundir má-fé com a equivocada interpretação do direito.

4. Razões recursais insuficientes para a revisão do julgado.

5. Agravo interno desprovido"

(AgInt no AgInt no AREsp 1.000.415/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 30/10/2017 - grifou-se).

No tocante à suposta violação do artigo 1.205 do Código de Processo Civil de 2015, nas razões recursais, há somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, sem especificação das teses que supostamente deveriam ter sido analisadas pelo acórdão recorrido. Ante a deficiente fundamentação do recurso nesse ponto, incide a Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia*".

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa (R\$ 1.509.134,10 - fl. 99, e-STJ) e acrescidos em 1% (um por cento) no Tribunal estadual. Assim, diante do não provimento do recurso especial, ficam majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 20 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator